



# ÁREAS

AUDITORIA COORDENADA

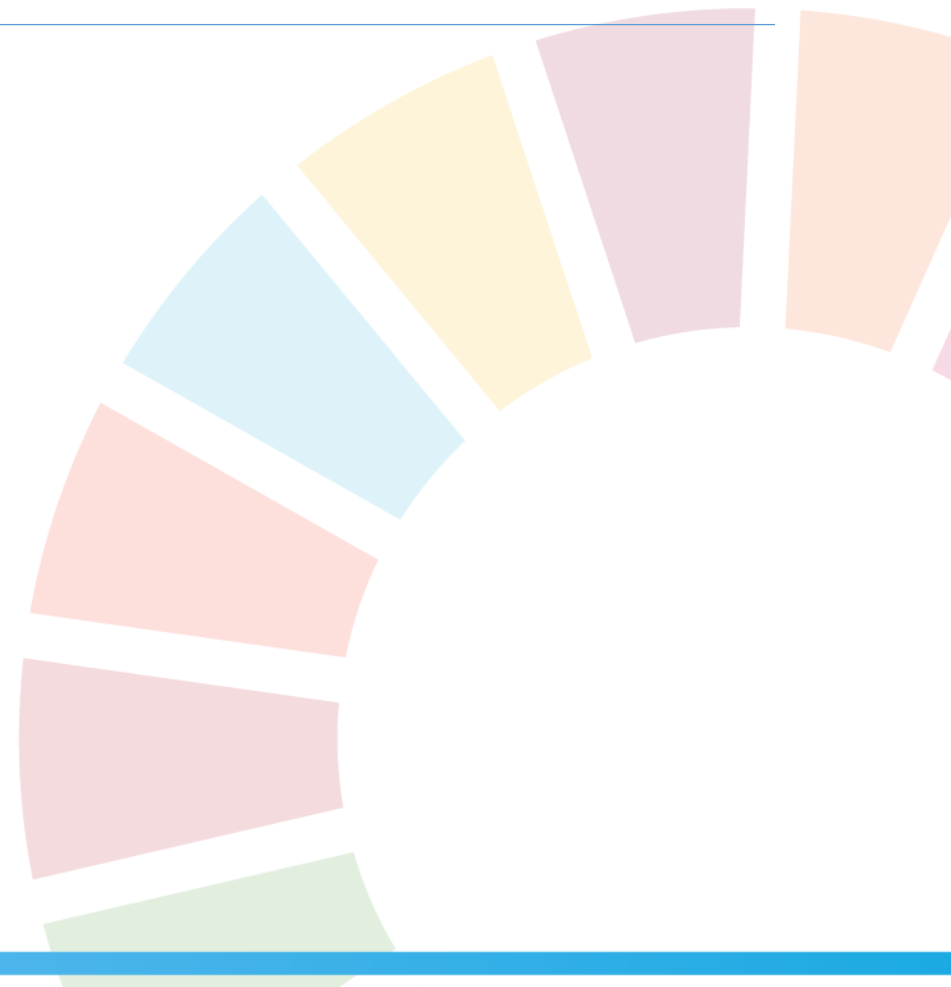
# PROTEGIDAS



Brasília, 3 de outubro 2019  
Comissão do Meio Ambiente – Senado Federal

# Atuação do Tribunal de Contas

- Julgamento de contas anuais
- Fiscalização
  - Auditoria
    1. Operacional
    2. Conformidade
    3. Financeira



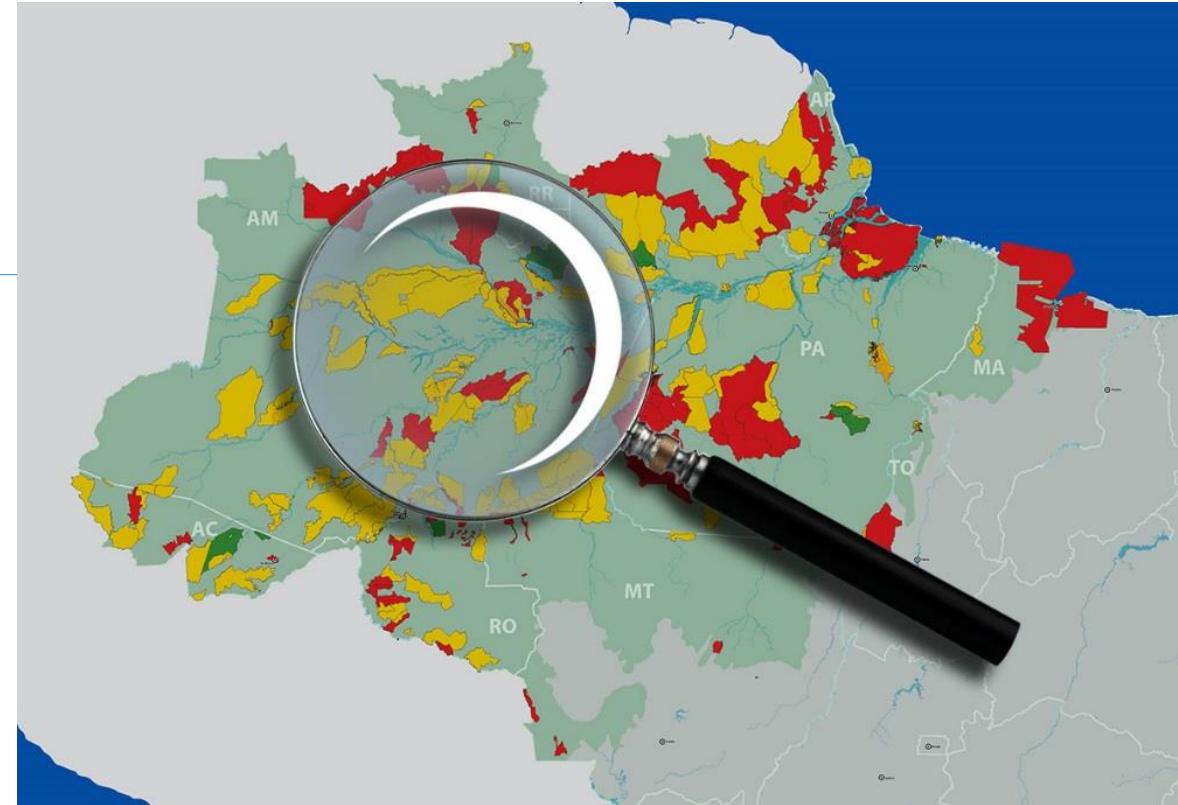
# Auditoria em Unidades de Conservação

- **Modalidade:** operacional
- **Período:** 2013-2014
- **Objetivo:** Avaliar as condições normativas, institucionais e operacionais para que as unidades de conservação (UCs) atinjam os objetivos para os quais foram criadas.
- **Acórdão 3.101/2013-Plenário**
- **Acórdão 1.206/2015-Plenário**

# Metodologia utilizada

## **INDIMAPA 2014**

- Avaliação
- Comunicação
- Monitoramento
  - Linha de base
  - Efetividade das deliberações
  - Seleção de áreas por critérios (risco, relevância)



# Indicadores

de implementação e gestão de áreas protegidas



<b>G</b>	Plano de manejo
<b>H</b>	Recursos humanos
<b>\$</b>	Recursos financeiros
<b>E</b>	Estrutura física
<b>T</b>	Consolidação territorial
<b>F</b>	Fiscalização e proteção ambiental
<b>P</b>	Pesquisa
<b>B</b>	Monitoramento da biodiversidade
<b>C</b>	Conselho gestor
<b>M</b>	Manejo comunitário
<b>U</b>	Uso público
<b>N</b>	Concessão
<b>L</b>	Articulação local

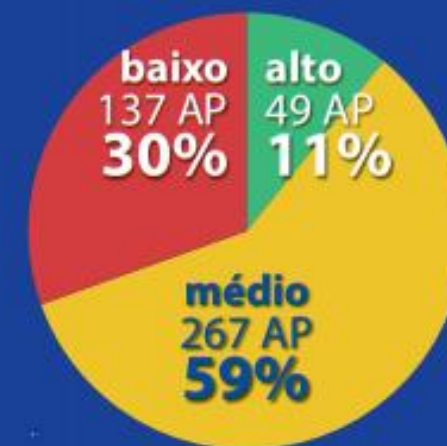
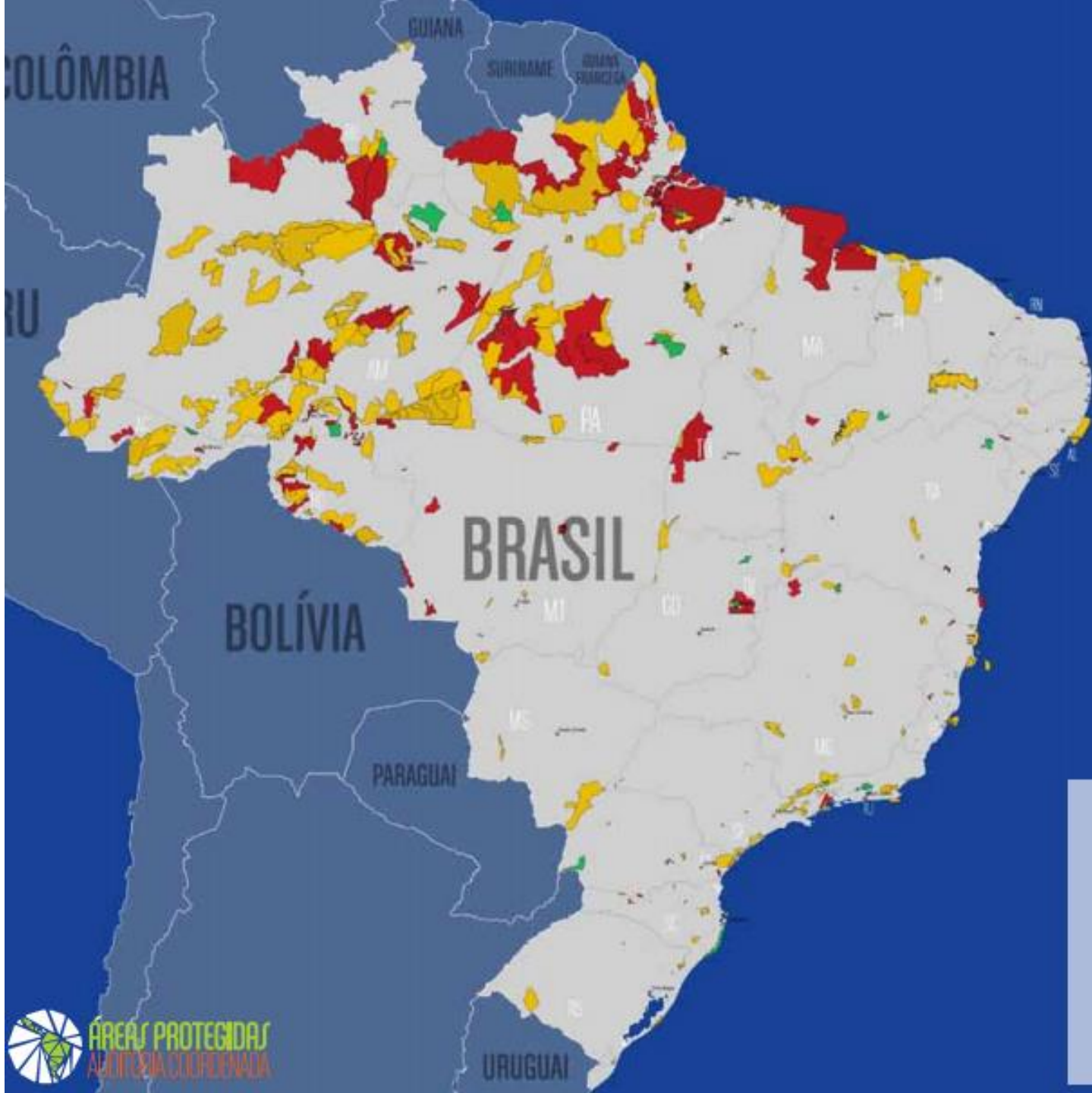
# INDIMAPA

Cor	Grau	Valor
●	Alto	$2 \leq i \leq 3$
●	Médio	$1 \leq i < 2$
●	Baixo	$0 \leq i < 1$




# INDIMAPA 2014

índice de implementação e gestão

## BRASIL



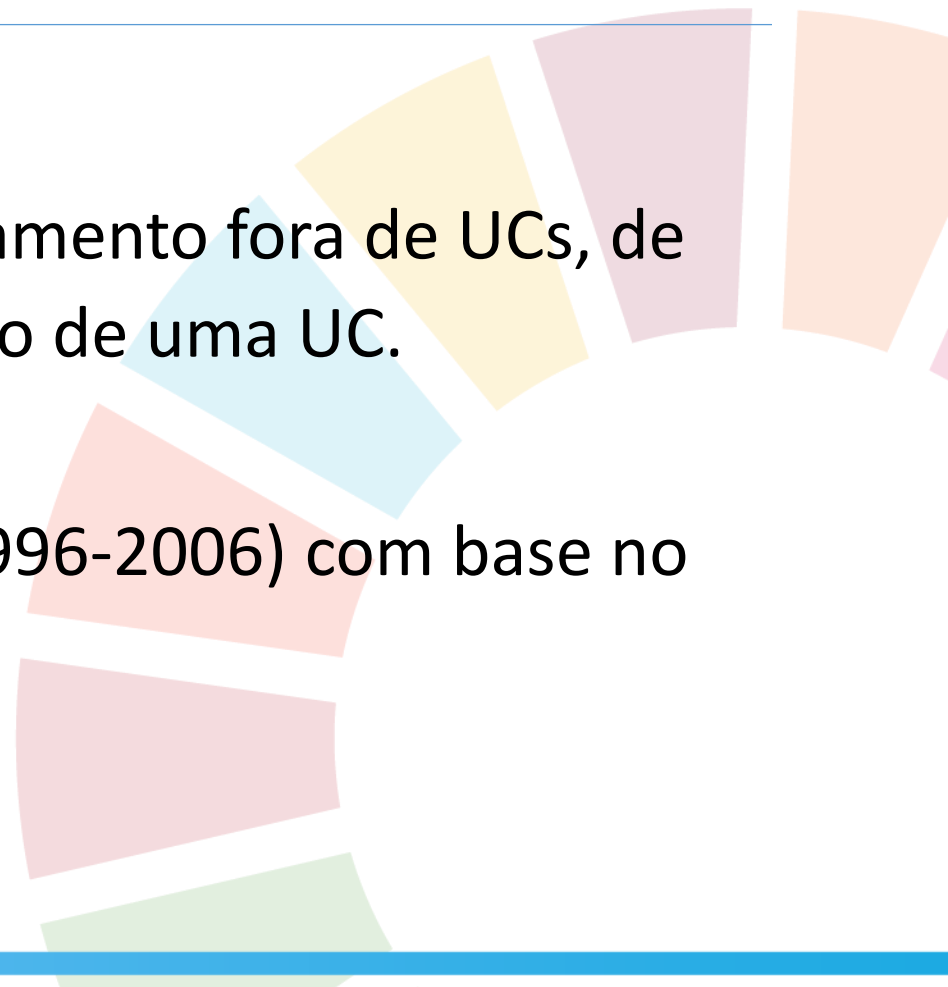
### Legenda

Faixas do índice (i)		
	<b>Alto</b>	$2 \leq i \leq 3$
	<b>Médio</b>	$1 \leq i < 2$
	<b>Baixo</b>	$0 \leq i < 1$

# Principais conclusões de 2014

---

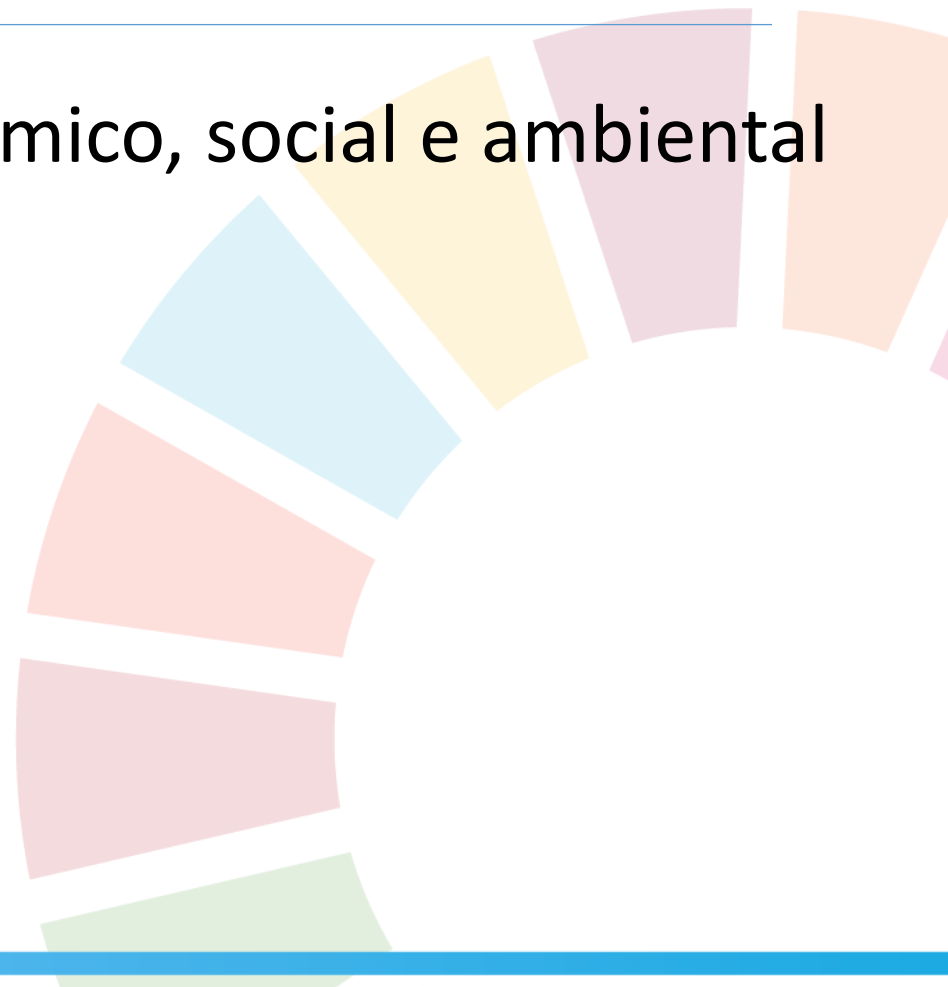
- Contenção do desmatamento:
  - A probabilidade de ocorrência de desmatamento fora de UCs, de 2008-2012, foi **4,3** vezes maior que dentro de uma UC.
- Fluxo de carbono:
  - Relevância para a remoção de carbono (1996-2006) com base no uso do solo.



# Principais conclusões de 2014

---

- Subaproveitamento do potencial econômico, social e ambiental das UCs
- Falhas de implementação e gestão:
  - Plano de manejo
  - Ausência de gestor
  - Consolidação territorial
  - Estrutura física e administrativa



# Principais deliberações do TCU

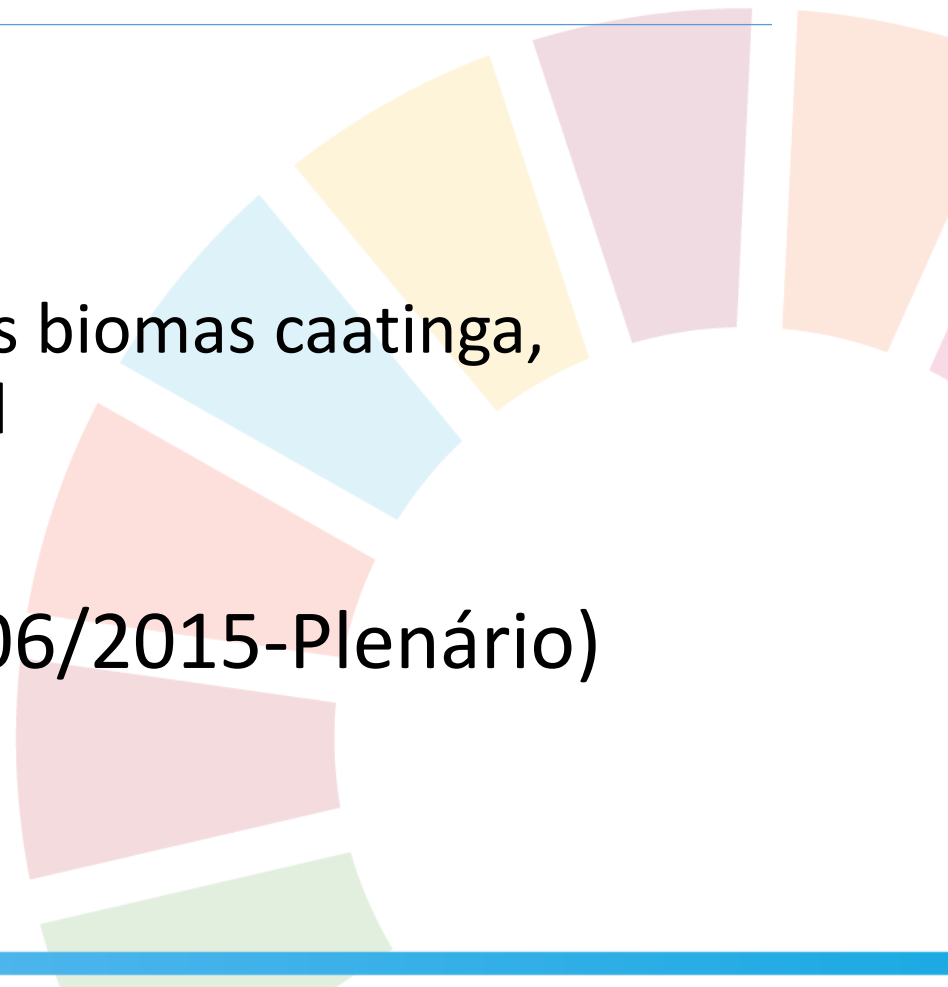
---

- Coordenação do Sistema Nacional de UCs – MMA
- Relatório de avaliação global – Congresso Nacional (art. 51)
- Evoluções necessárias no Cadastro Nacional de UCs
- Planos de manejo e atuação dos conselhos
- Infraestrutura (pesquisa e visitação)
- Situação fundiária das UCs federais (informações, estratégia)

# Principais deliberações do TCU

---

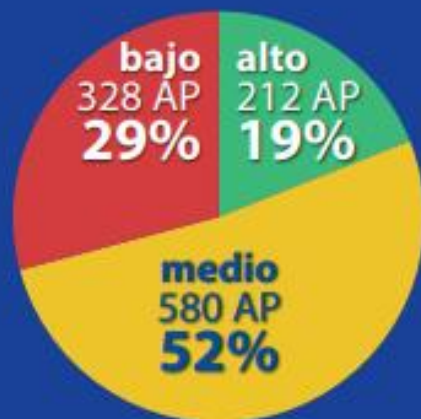
- Monitoramento da biodiversidade
  - Estratégia nacional
  - Monitoramento do desmatamento para os biomas caatinga, cerrado, mata atlântica, pampa e pantanal
- Campanhas nacionais de comunicação
- Outras (ver Acórdãos 3.101/2013 e 1.206/2015-Plenário)



# INDIMAPA

## INDIMAPA 2014 AMÉRICA LATINA

índice de implementación y gestión



1120 AP



# Comunicação



# Auditoria 2019-2020

---



**ÁREAS**  
AUDITORIA COORDENADA  
**PROTEGIDAS**

# Agenda 2030 e CDB



Convention on  
Biological Diversity

Agenda 2030 e CDB

# ODS 14 e 15; Meta 11 de Aichi



# Agenda 2030 e ODS 14 e 15



## Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.493, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

### Mensagem de veto

Estabelece o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico nacional.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O órgão federal responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) divulgará também, se possível anualmente, o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional.

Art. 2º O cálculo do PIV levará em consideração:

- I - iniciativas nacionais e internacionais semelhantes;
- II - (VETADO).

§ 1º O cálculo do PIV deverá possibilitar a convergência com sistemas de contas econômicas ambientais adotados em outros países, permitindo sua comparabilidade.

§ 2º A metodologia para o cálculo do PIV deverá ser amplamente discutida com a sociedade e as instituições públicas, incluindo o Congresso Nacional, antes de um sistema de contas econômicas ambientais ser oficialmente adotado no Brasil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# Auditoria 2019-2020



COMTEMA  
MEDIO AMBIENTE

Argentina

Brasil

Bolívia

Chile

Colômbia

Costa Rica

Cuba

Equador

El Salvador

Guatemala

Honduras

México

Paraguai

Peru

República Dominicana

Buenos Aires

Espanha

Portugal



# Obrigado!

**Adriano Juras**

[AdrianoMJ@tcu.gov.br](mailto:AdrianoMJ@tcu.gov.br)

3527-5273 / 3527-5066

